

JUSTIÇA CIDADANIA

CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL

ISSN 1807-779X
4773807775000
0 0 1 3 >
Edição 91 - Fevereiro de 2008
R\$ 16,90

**APOSENTADORIA COMPULSÓRIA
DESPREZO E DESPÉRDÍCIO
DA CULTURA**

Nesta edição: A RESPONSABILIDADE DO ADVOGADO

NUVENS CINZENTAS

Antonio Oliveira Santos

Presidente da Confederação Nacional do Comércio

Quem acompanha, na imprensa diária, os comentários dos especialistas, cada vez mais se convence que o longo ciclo de prosperidade econômica mundial, iniciado há 15 anos, após a Crise Asiática, está sinalizando uma perda de dinamismo e, possivelmente, caminhando para uma recessão. A partir de 1990 e, mais fortemente, a partir de 2000, a espetacular entrada da China no mercado mundial evitou uma recessão generalizada. Cresceu acentuadamente o comércio internacional, subiram os preços do petróleo, das matérias primas (celulose, minério de ferro, metais) e das *commodities* de alimentação (soja, milho, trigo), gerando riquezas inesperadas nos países emergentes da Ásia, do Oriente Médio e da América Latina.

A recessão nos Estados Unidos foi adiada, viabilizando o financiamento externo dos mega-déficits orçamentário e do balanço de pagamentos. O Brasil foi muito beneficiado por esse *boom* econômico, embora não tenha aproveitado integralmente todas as oportunidades, crescendo a taxas que representam apenas metade das que alcançaram outros países.

O ano de 2007 vai coroar, no Brasil, os efeitos dessa expansão e o PIB nacional deverá registrar um crescimento superior a 5%, encerrando o longo período de recessão e de crescimento médio abaixo de 2,5% nos últimos 25 anos. Três forças ajudaram essa expansão: o notável crescimento de nossas exportações – mais em valor do que em volume

–, a retomada do ingresso de investimentos estrangeiros e a expansão do crédito interno, seja no setor bancário, seja no setor comercial.

De outro lado, não houve um aproveitamento total das oportunidades, face aos equívocos cometidos na política monetária e cambial, ao mesmo tempo em que a política fiscal perdeu o rumo e enveredou por um crescimento continuado dos gastos públicos, acompanhado de uma crônica escalada da carga tributária.

O Estado arrebanha, hoje, mais de 36% do PIB nacional, contra 27% há dez anos, exibindo uma expansão preocupante de cerca de 1% anualmente, assim empurrando a taxa de juros, o déficit orçamentário e a dívida pública interna para níveis de difícil administração.

Talvez uma boa sugestão ao Governo, que tanto deseja a prosperidade do Brasil, seria lembrar-lhe o sucesso do republicano Presidente Ronald Reagan, que salvou a economia dos Estados Unidos na crise dos anos 80, com a campanha “O Estado não é a solução, é o problema”, e venceu a Guerra Fria com uma política de corte de gastos e redução de impostos para incentivar a produção e os investimentos.

A economia brasileira está caminhando ao sabor dos bons ventos que sopram do exterior. *Quousque tandem?* Até quando, ninguém sabe. Oxalá o ano de 2007 tenha sido o marco inicial de um processo sustentado de crescimento econômico e geração de emprego.



Foto: Arquivo J.C.



Nota do Editor

O excelente artigo do engenheiro Antonio Oliveira Santos, líder do empresariado nacional e dirigente maior da Confederação Nacional do Comércio, transcende pela oportunidade do tema focado, demonstrando numericamente o escorchamento que o Estado impõe à sociedade, com risco iminente da elevação do déficit orçamentário, em um previsível e galopante crescimento da dívida pública interna, elevando-a a um patamar de resgate impagável. Entretanto, e apesar das críticas que faz, o texto é um otimista do amanhã, baseado nos resultados que apresenta de crescimento econômico e geração de empregos, colhidos pelo Brasil no ano de 2007.

O articulista, cuja formação profissional remonta a 1948, após ter sido diplomado engenheiro civil e elétrico pela Escola Nacional de Engenharia, passou a colaborar na instalação da Cia. Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, tendo, posteriormente, ocupado cargos de engenheiro e diretor da Cia. Ferro e Aço de Vitória, e superintendente da Estrada de Ferro Vitória-Minas, da Cia. Vale do Rio Doce. Foi também Professor Titular de Física da Universidade Federal do Espírito Santo e membro do Conselho Monetário Nacional.

Desde 1974, acumula atividades no ramo do comércio atacadista e varejista de materiais de construção, exercendo, a partir de 1980, a Presidência da Confederação Nacional do Comércio e dos Conselhos Nacionais do SESC e SENAC, sendo considerado um dos mais importantes e conceituados empresários, constantemente ouvido pelos órgãos da administração pública sobre problemas e questões de interesse nacional.